

**A CÁRITAS**  
**13 - DEMOCRACIA v.s. CIDADANIA**

**P.** *Boa tarde. Passado, em parte, o tempo de férias, a Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco volta a este tempo de antenna para mais uma conversa com os nossos ouvintes.*

*Há já algumas semanas que temos vindo a fazer diversas abordagens sobre a forma como os portugueses estão a viver os problemas relativos ao seu desenvolvimento, e os constrangimentos que as mudanças produzem no nosso estado de espírito.*

*Hoje, Elicídio Bilé, na sequência dos últimos programas, abordará a temática da democracia participativa e do exercício da cidadania.*

*Assim começo por lhe perguntar: - Após mais de 30 anos sobre a mudança para um regime democrático em Portugal, como vivem os portugueses os valores da democracia?*

**R.** Muito boa tarde.

Este tema, ainda em período de férias, poderá parecer deslocado. Contudo, não quisemos deixar de o abordar, porque vem na sequência dos anteriores. Além disso, é importante reflectir as consequências que a liberdade política, e bem, trouxe ao nosso País, numa altura em que muitas pessoas colocam em causa a forma como o poder é muitas vezes exercido, com consequências na distribuição da riqueza, provocando novos pobres entre os portugueses.

Todos os anos, em ambiente celebrativo (que tem vindo a diminuir de ano para ano, o que se compreende!) comemora-se o dia 25 de Abril como o marco de mudança de regime político. A passagem da opressão para a liberdade política e cívica dos portugueses.

Passaram-se 33 anos sobre essa data que trouxe a democracia ao nosso país e, o que me ocorre para esta nossa conversa de hoje, e de algum modo me preocupa, é a apatia, a desmotivação e o desinteresse crescente na participação activa, da generalidade dos cidadãos, quer na vida comunitária, quer na recuperação da confiança e na construção do futuro. Confiança que, infelizmente, se tem vindo a perder nos últimos anos.

Na verdade, Portugal quis, conseguiu e consolidou a democracia. Passou com normalidade por um processo que não foi fácil: a transição de uma longa ditadura opressora e aberrante, para um regime aberto, democrático e participativo.

A consolidação da democracia está hoje consubstanciada no ambiente de liberdade em que vivemos, na acção dos partidos políticos que se expressam e agem livremente, e também na aceitação generalizada das respectivas matrizes ideológicas.

De acordo com esta situação, parecia que tudo deveria acontecer sem perturbações, que cada cidadão deveria sentir-se orgulhoso e confiante na marcha do País para a sua afirmação plena no contexto das nações.

Mas verificamos que as coisas não são bem assim.

A desconfiança na política e nos políticos é negativa, como já comentei por diversas vezes, e o exercício da cidadania está confinada à participação nalguns actos eleitorais e, mesmo assim, com um crescendo de abstenção. Veja-se a abstenção nos referendos que já se realizaram, na baixa participação nas últimas eleições para a Câmara de Lisboa e, de uma forma geral, nos restantes actos eleitorais, embora com menor percentagem.

Apesar disso ainda se vão fazendo ouvir algumas vozes esclarecidas e, quando isso acontece são, de imediato, postas em causa, sobretudo por alguma comunicação social, cuja atitude acaba por influenciar, e muito, a opinião pública, contribuindo dessa forma para o estado de espírito negativo que referi num dos programas anteriores.

E o resultado dessa acção, associada às atitudes de algumas pessoas que, na política ou fora dela, afectam a sanidade moral e intelectual de muitos portugueses de uma forma nefasta, está perfeitamente demonstrado em múltiplos acontecimentos da vida do País.

**P.** *É indiscutível que ocorreram grandes mudanças positivas, no período pós 25 de Abril. Parece-me, no entanto que surgiram outro tipo de problemas, não é verdade?*

**R.** É verdade, As mudanças foram enormes e estão à vista de todos. Hoje é incomparável a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, o acesso livre à informação e, a ter e manifestar opinião, apesar de algumas tentativas de fazer calar quem pensa diferente. Mas, como disse, outro tipo de problemas surgiram na nossa sociedade, basta olhar para alguns indicadores:

1. A quebra sistemática do segredo de justiça que, por mais vezes se levantem a denunciar, parece imparável e, todos os dias, somos confrontados com novos episódios;
2. Os julgamentos de pessoas e de instituições feitos na praça pública e nas páginas dos jornais;
3. Os apupos e vaias orquestradas e dirigidas aos mais diversos membros da hierarquia do Estado, sobretudo nos momentos de maior solenidade como no caso das cerimónias públicas do 25 de Abril, ou nos mais variados acontecimentos sociais onde participam alguns membros dos governos, para só referir algumas;
4. Os aproveitamentos políticos sobre os discursos proferidos pelos mais altos dignitários da nação, que servem como forma de agressão aos adversários;

5. A campanha do “bota abaixo” em relação aos que exercem o poder, sejam eles quais forem. É notório a nível nacional, mas sobretudo a nível local;
6. A falta de pudor e de formação de alguns que se dizem jornalistas e que possuem uma carteira profissional só porque qualquer folha informativa ou algum pasquim lhes dá guarida;
7. A falta de formação política e cívica de muitos que militam nos partidos e que não conseguem pensar pela sua cabeça, limitando-se a papaguear, fora de contexto, aquilo que ouvem aos outros.
8. Os exemplos são muitos e variados, mas fiquemos por aqui.

**P.** *Identificados os constrangimentos, pergunto-lhe: - Em seu entender porque não acontece o salto qualitativo?*

**R.** Qualquer resposta que pudesse dar a essa pergunta seria sempre subjectiva, aliás como muitas outras.

Na minha opinião existem diversas formas para encontrar as soluções mais adequadas, e os caminhos para as conseguir são diversos. Mas uma coisa é certa, a desconfiança e a apatia que se apoderou de muitos é o maior impedimento para que esse salto qualitativo aconteça.

Repare que, se em vez de estarmos aqui a fazer esta comunicação, estivéssemos à volta de uma mesa, nós e todos os que nos estão ouvir, muito mais poderíamos acrescentar ao que acabo de dizer, até porque o diálogo em democracia torna a democracia mais participativa e mais adulta. Mas também estou certo de que, se isso se proporcionasse, a grande maioria continuaria ainda a ficar indiferente, ou a manter a desmotivação e a falta de confiança para participar.

Mas, eu insisto: - Não está em causa o regime, porque a democracia está consolidada. O grande problema da nossa jovem democracia está na

qualidade dessa mesma democracia e na acção ou inacção de muitos dos que se dizem democratas.

**P.** *Mas hoje, falar do 25 de Abril, parece ser tema só para alguns que se consideram os verdadeiros democratas. Os outros são considerados não democratas ou fascistas (palavra que felizmente tem caído em desuso). Quer comentar?*

**R.** Comecei por falar no 25 de Abril que trouxe a liberdade para todos, mas constatamos, de facto, como alguns se pretendem apropriar de Abril.

É uma realidade facilmente identificável. São esses que, querendo usurpar Abril, se consideram os únicos e verdadeiros democratas.

São esses fundamentalistas que, sofrendo de uma patologia esquizofrénica – uma infecciosa “esquerdite” aguda – ficaram parados no tempo a contemplar uma “revolução” que aconteceu à 33 anos sem perceberem que, graças a essa mesma “revolução”, a vida do País e dos cidadãos foi, acima de tudo, uma enorme evolução para todos.

São esses que se esquecem:

- Que o regime opressor de antes do 25 de Abril, foi derrubado e, na sequência disso, o povo anónimo encetou uma mudança pacífica para agora podermos usufruir de melhores condições de vida do que aquela que então possuíamos, apesar de todos os constrangimentos.
- Que, graças à grande manifestação democrática e popular acontecida há 33 anos, os trabalhadores, livremente, podem agora decidir o seu futuro e, através das suas organizações, podem negociar, como parceiros, melhores condições de vida e de trabalho (deveria ser assim).

No fundo, o que me torna apreensivo, e que deu origem a este meu desabafo é a incerteza de que, com a luta partidária do “bota abaixo” que

assentou arraiais no nosso país, e que está a tornar cega uma boa parte dos portugueses, não deixe ver os desafios que aí vêm, com uma Europa alargada, um mercado globalizado e a competitividade da economia.

É um desafio para todos e não só para os Governos.

Se não formos capazes de, em conjunto, darmos as mãos para o tão necessário salto qualitativo em termos de produtividade, inovação e desenvolvimento cultural e social de que estamos carentes, então sim, o pessimismo transformar-se-à em catástrofe.

Portugal detém a presidência da União Europeia. É um momento histórico para fazermos a nossa afirmação enquanto nação que está em condições de atingir os níveis de desenvolvimento de outros países. Por isso, mais do que demonstrar eficácia nas difíceis negociações que temos pela frente, o nosso governo tem de ser capaz de, internamente, devolver a esperança aos portugueses e dizer aos restantes países que a eficácia começa na nossa própria casa. Que o investimento na tecnologia, na inovação, na cultura, na educação e, sobretudo nas pessoas, são a maior das prioridades para que Portugal se afirme como país não periférico na União, mas como país activo e desenvolvido no seio da União Europeia.

O célebre escritor - **George Bernard Show**, tem uma frase lapidar que se aplica integralmente à nossa actual situação:

*“Há duas tragédias na vida:  
Uma é perder o que se deseja;  
A outra é alcançá-la.”*

**P.** *A Igreja está no mundo e, certamente, a questão que hoje nos trouxe é objecto de reflexão para os Cristãos e para a hierarquia. O que nos pode dizer sobre isso?*

**R.** Em primeiro lugar dir-lhe-ei que o que acaba de dizer está consubstanciado na Doutrina Social da Igreja conforme já aqui abordámos

num programa específico sobre esse assunto. Depois, volto a referir que estou aqui pessoalmente, mas também em representação da Cáritas Diocesana e, como tal, esta questão que hoje levanto, é mais uma na sequência de outras questões que já aqui falámos em programas anteriores. Recordo os programas sobre “A Liberdade Cristã”; “O Homem e a Organização da Cidade”; “A Organização Social”; “Uma Sociedade em Mudança”; “Trabalho Economia e Sociedade” e a última “A Culpa e a Crise”. Por isso não é displicente o tema de hoje.

Só o Compêndio da Doutrina Social da Igreja apresenta 29 “itens” específicos sobre a “Democracia”, para além da doutrina produzida pelo Catecismo da Igreja Católica.

Por exemplo, o n.º 1908 do Catecismo da Igreja Católica diz o seguinte:

*“Para assegurar o bem comum, o governo de cada País tem a tarefa específica de harmonizar com justiça os diversos interesses sectoriais”*

E, em sequência, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, no n.º 169, acrescenta:

*“A correcta conciliação dos bens particulares de grupos e de indivíduos é uma das funções mais delicadas do poder público. Além disso, não se há-de olvidar que, no Estado democrático – no qual as decisões são geralmente tomadas pela maioria dos representantes da vontade popular –, aqueles que têm responsabilidade de governo estão obrigados a interpretar o bem comum do seu país, não só segundo as orientações da maioria, mas também na perspectiva do bem efectivo de todos os membros da comunidade civil, inclusive dos que estão em minoria.”*

**P. E quanto à participação dos cidadãos que, segundo disse estão desmotivados?**

**R.** Sobre a participação dos cidadãos no regime democrático em que vivemos, já o Papa João XXIII na carta encíclica “*Pacem in Terris*” de 1963 diz o seguinte:

*“ A participação na vida comunitária não é somente uma das maiores aspirações do cidadão, chamado a exercitar livre e responsabilmente o próprio papel cívico com e pelos outros, mas também um dos pilares de todos os ordenamentos democráticos...”*

**P.** *Para terminar faço-lhe uma última pergunta e depois deixo-lhe o microfone livre para terminarmos por hoje:*

*- Como estão, neste momento, as relações entre o Estado e as organizações civis?*

**R.** Está demonstrado, através das últimas medidas restritivas do actual governo, que a comparticipação do Estado para o desenvolvimento das acções de apoio social aos portugueses, feito pelas Instituições do 3.º Sector, quer aos mais pobres, quer aos deficientes, foram drasticamente reduzidos.

Esta atitude tem provocado contestações sistemáticas. O Governo e o próprio Estado revelam-se incapazes de corresponder às expectativas dos cidadãos e das famílias. Os órgãos de soberania também divergem entre si e, desta forma, os grupos sociais de menores recursos vêm agravada e perpetuada a exclusão.

Já tenho afirmado repetidamente que não cabe só ao Estado a responsabilidade das respostas, mas sem o apoio e tutela do Estado, sobretudo na criação das condições mais propícias à criação de estruturas, de apoios logísticos e financeiros, tudo se torna mais complicado.

A democracia implica a atenção às pessoas em primeiro lugar e, como tal, à responsabilização dos governantes, dos políticos em geral e de toda a sociedade.

A democracia não pode confinar-se à criação de grandes obras de engenharia civil, de estruturas viárias e manifestações faustosas de “novoriquismo” patético e balofo.

A liberdade ganha-se, conquista-se diariamente, e só faz sentido quando todos os homens forem verdadeiramente livres.

A verdadeira liberdade só existe quando houver verdadeira justiça social e, todos os homens forem iguais em deveres e em direitos. Uma liberdade e igualdade que assente na diversidade e no pluralismo das ideias.

Josemaria Escrivá, fundador da “Opus Dei” que foi beatificado por João Paulo II no dia 17 de Maio de 1992, e canonizado em 6 de Outubro de 2002, deixou um dia a seguinte interrogação:

*“Não achas que a igualdade, tal como a entendem,  
é sinónimo de injustiça?”*

Pois bem, com esta interrogação termino este meu comentário de hoje, em resposta às questões que quis colocar-me.

Muito boa tarde para todos.

***P. Desta forma terminamos mais um programa da responsabilidade da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco.***

***Até ao próximo programa de hoje a quinze dias.***

***Muito boa tarde***

Portalegre, 5 de Setembro de 2007

Elicídio Bilé